

Reunião de 08 de outubro de 2019



----- Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Mogadouro, realizada no dia oito de dezembro do ano de dois mil e dezanove. -----

----- Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezanove, no edifício dos paços do concelho e na sala de reuniões do gabinete do presidente, pelas nove horas e quinze minutos, sob a presidência do excelentíssimo senhor presidente da Câmara, Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, e com a presença dos excelentíssimos senhores vereadores, Manuel da Ressurreição Cordeiro, Evaristo António Neves, Daniel Fernando Ribeiro Salgado, Joana Filipa Vicente da Silva, Alexandra Carlota Amen de Moraes Machado e Virgínia Cordeiro Gomes Vieira e, comigo, Maria da Conceição Cordeiro Andrade Teixeira, coordenadora técnica, a secretariar, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Mogadouro. -----

----- Declarada aberta a reunião pelo senhor presidente da Câmara, Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, foi deliberado proceder, de seguida, à apreciação e votação dos seguintes pontos: -----

----- **BALANCETE:** - Foi presente o balancete do pretérito dia sete de outubro de dois mil e dezanove. Verificou-se um total de disponibilidades na importância de quatro milhões, quinhentos e trinta mil, setecentos e noventa e quatro euros e dezasseis cêntimos (€4.530.794,16). -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

----- **VOTO DE PESAR:** - Por proposta do senhor presidente da Câmara, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar um voto de pesar pelo falecimento de um antigo funcionário, já aposentado, Ernesto Manuel Fernandes Roca, que pertenceu ao Mapa de Pessoal desta Autarquia e enviar as sentidas condolências à família enlutada. -----

----- **INTERVENÇÃO DA VEREADORA ALEXANDRA MACHADO:** - Apresentou e leu o documento que adiante se transcreve: -----

----- "Os vereadores eleitos na coligação **"Todos por Mogadouro"** congratulam-se com a intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mogadouro Jorge Dias, quando na reunião do dia 27 de setembro chamou a atenção do Senhor Presidente da Câmara, da necessidade de responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia e fornecer em tempo útil, os elementos requeridos pelos referidos membros. Esta chamada de atenção revela por parte do Senhor Presidente da Assembleia elevado sentido de cultura democrática, pois reconhece o direito à informação consagrado na lei, e transfere para Senhor Presidente da Câmara o dever, a obrigação de prestar essa informação. Este dever e esta obrigação legal é fundamental para o exercício e

Reunião de 08 de outubro de 2019



desempenho da gestão autárquica, que se exige ser pautada pelo cumprimento da legalidade e das regras democráticas. -----

----- Depois de lida a ordem do dia da presente reunião, verificamos que os pontos 13 e 14 dizem respeito à deliberação do executivo sobre a atribuição de dois lotes no loteamento industrial de Mogadouro. -----

----- Na reunião do dia 28 de maio do corrente ano, foram solicitados ao Senhor Presidente por parte dos vereadores eleitos da coligação "Todos por Mogadouro", informação escrita sobre, entre outros, a atribuição de lotes no loteamento industrial. Incompreensivelmente e até à presente data tal informação ainda não nos foi facultada. --

----- Na reunião do dia 27 de julho 2019 foram solicitados elementos referentes aos projetos do pavilhão multiusos de Mogadouro. -----

----- No dia 11 de dezembro de 2018 os vereadores eleitos pela coligação "Todos por Mogadouro", solicitaram ao Senhor Presidente informação sobre o processo dos precários e sobre o centro interpretativo do mundo rural. -----

----- Em 13 de novembro, em 26 de junho, em 12 de junho, em 28 de fevereiro, em 9 de janeiro de 2018 solicitamos elementos que incompreensivelmente aguardam resposta. ---

----- Esta atuação reiterada, este comportamento ilegal, denota de quem o pratica uma completa falta de cultura democrática e institucional, e um profundo desrespeito pelos vereadores eleitos na coligação "Todos por Mogadouro". -----

----- Em sinal de protesto por esta postura, os vereadores da coligação "Todos por Mogadouro" irão requerer superiormente o cumprimento da Lei de Acesso dos Documentos Administrativos." -----

(Reunião pública com intervenção do público)

----- 1. **INSCRIÇÃO DO MUNÍCIPE MANUEL JOAQUIM MORAIS CASIMIRO PARA EXPOSIÇÃO DO ASSUNTO RELACIONADO COM O PEDIDO DE VENDA DE PARCELA DE TERRENO PARA ALINHAMENTO NA RUA DR. ANTÓNIO PEREIRA, N.º 18, BAIRRO DAS SORTES, EM MOGADOURO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Esteve presente o munícipe, Manuel Joaquim Morais Casimiro, residente na avenida de Espanha, lugar de Cabeço de Eixe, na vila de Mogadouro, que fez a inscrição com a devida antecedência, conforme refere o Regimento Municipal, para intervir no período de intervenção do público, no qual solicitou informação urgente para o assunto relacionado com a venda de uma parcela de terreno para alinhamento junto a uma casa de habitação, sita na rua dr. António Pereira, número dezoito, no bairro das Sortes, em Mogadouro, referindo que já tinha feito várias exposições dirigidas à Câmara e ainda ninguém lhe deu nenhuma resposta. -----

----- O senhor presidente da Câmara explicou ao requerente que, mesmo tendo na sua posse o levantamento topográfico daquele bairro, o Executivo continua com o problema da legitimidade das parcelas de terreno já construídas nas traseiras das nove habitações ali existentes, de entre as quais, se situa a sua construção e aguarda a apresentação da informação

Reunião de 08 de outubro de 2019



técnica, sem a qual ainda não consegue tomar uma deliberação para o pedido em causa. -----

ORDEM DO DIA

- 1 ATAS – APROVAÇÃO DA ATA N.º 17/2019 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2019. -----**
- 2 GESTÃO URBANÍSTICA DO CONCELHO: -----**
 - 2.1 PEDIDO DE ANTÓNIO GUILHERME SÁ DE MORAIS MACHADO A SOLICITAR A EMISSÃO DE CERTIDÃO PARA CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO, CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE OU AUMENTO DE COMPARTES (ARTIGOS 299-1A, 320-1A E 350-1A) – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----**
 - 2.2 PEDIDO DE GIL MARTINS RAFAEL A SOLICITAR A EMISSÃO DE CERTIDÃO PARA CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO, CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE OU AUMENTO DE COMPARTES (ARTIGO 121-H) – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----**
- 3 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DA PROPRIETÁRIA DO CAFÉ SNACK BAR SABORES, LDA. PARA FUNCIONAMENTO DE UMA ESPLANADA NOS MESES DE INVERNO NA AVENIDA DO SABOR, EM MOGADOURO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----**
- 4 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E PATRIMÓNIO – EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DA REDE DE ÁGUAS E SANEAMENTO DE MEIRINHOS – DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DE APROVAÇÃO DA MINUTA DO ANÚNCIO – RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. -----**
- 5 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE APOIO DE ANTÓNIO ABÍLIO FINS PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----**
- 6 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DO MÊS DE AGOSTO DE 2019 SOBRE APOIO NA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS – PARA CONHECIMENTO. -----**
- 7 DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE JOSÉ MANUEL TEIXEIRA DA SILVA PARA PAGAMENTO DA FATURA DE ÁGUA DO MÊS DE AGOSTO AO PREÇO DO PRIMEIRO ESCALÃO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----**

Reunião de 08 de outubro de 2019



- 8 DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE ANTÓNIO DO NASCIMENTO PERES PARA PAGAMENTO DA FATURA DE ÁGUA DO MÊS DE AGOSTO DE 2019 EM CINCO PRESTAÇÕES – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 9 DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO SOBRE O SOLICITADO NO OFÍCIO DA ERSAR-ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS “CICLO ANUAL DE REVISÃO TARIFÁRIA 2020 – ENTIDADES GESTORAS DE SISTEMAS MUNICIPAIS QUE PRESTAM SERVIÇOS DE ÁGUAS E/OU DE RESÍDUOS” – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 10 A.C.I.S.M. – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DE MOGADOURO – PEDIDO DE APOIO DE SUBSÍDIO PARA A REALIZAÇÃO DA FEIRA DOS GORAZES DO ANO DE 2019 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 11 PEDIDO DE VERA LÚCIA GRANADO ROBALINHO PARA APOIO FINANCEIRO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO A INICIATIVAS EMPRESARIAIS ECONÓMICAS DE INTERESSE MUNICIPAL – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 12 ATA DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO – AQUISIÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO DE 25 M² DO ARTIGO 220-A, DA FREGUESIA DE BRUNHOSO A MARIA DE FÁTIMA MAGALHÃES SEQUEIRA PARA IMPLANTAÇÃO DE UM RESERVATÓRIO DE ÁGUA – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 13 ZONA INDUSTRIAL DE MOGADOURO – III FASE – FICHA DE INSCRIÇÃO DE ACÚRCIO MANUEL PAULO PARA ATRIBUIÇÃO DO LOTE DE TERRENO N.º 67 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----
- 14 ZONA INDUSTRIAL DE MOGADOURO – III FASE – FICHA DE INSCRIÇÃO DA COOPERATIVA LAVRADORES CENTRO NORTE PARA ATRIBUIÇÃO DO LOTE DE TERRENO N.º 100 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----

----- 1. ATAS – APROVAÇÃO DA ATA N.º 17/2019 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2019: - Foi presente a ata número dezassete barra dois mil e dezanove da reunião ordinária do dia vinte e quatro de setembro do ano de dois mil e dezanove, cuja cópia foi previamente distribuída a todos os membros do Executivo. Colocada a votação, foi aprovada, por unanimidade. -----

Reunião de 08 de outubro de 2019



2. GESTÃO URBANÍSTICA DO CONCELHO

----- 2.1 PEDIDO DE ANTÓNIO GUILHERME SÁ DE MORAIS MACHADO A SOLICITAR A EMISSÃO DE CERTIDÃO PARA CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO, CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE OU AUMENTO DE COMPARTES (ARTIGOS 299-1A, 320-1A E 350-1A) –

ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento em nome de, António Guilherme Sá de Moraes Machado, datado de cinco de setembro do corrente ano, com morada na avenida Calouste Gulbenkian, número cento e trinta e seis, na vila de Mogadouro, registado com o número seiscentos e cinquenta e nove barra dezanove, em que solicitou, nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada pela Lei n.º 70/2015, de 16 de julho, a emissão de certidão em como a Câmara Municipal não vê inconveniente e, é de parecer favorável à celebração de negócio jurídico, constituição de compropriedade ou aumento de partes sobre os prédios rústicos inscritos nas matrizes números: artigo 299-1A, denominado por Serrinha; artigo 320-1A, denominado por Quinta de Baixo-Santo André e artigo 350-1A, denominado por Estercada, sítios na União de freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar de Rei deste concelho. -----

----- O chefe de Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais, Abel Afonso Varandas, na sua informação registada com o número seiscentos e cinquenta e nove barra dezanove, datada de dez de setembro do corrente ano, referiu o seguinte: -----

----- “
----- A Lei n.º 70/2015, de 16 de julho, trata das áreas urbanas de génese legal. No art.º 54.º do referido diploma diz: -----

... **Medidas preventivas** -----

1. A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de partes de prédios rústicos **carece de parecer favorável** da câmara municipal do local da situação dos prédios.” -----

----- Tendo em atenção o atrás referido deixo à apreciação superior de V. Exa. o deferimento do pedido.” -----

----- Analisada a informação técnica supratranscrita, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável ao pedido do requerente, procedendo os Serviços competentes à emissão de certidão nos termos requeridos. -----

----- **Impedimentos:** - A senhora vereadora, Alexandra Machado, não esteve presente no momento da análise nem da votação deste assunto, por

Reunião de 08 de outubro de 2019



se encontrar impedida, pelo facto de ser familiar do requerente, cumprindo-se o disposto no versado no n.º 6 do artigo 55.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 4 do artigo 31.º e al. b) do n.º 1 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. -----

----- 2.2 PEDIDO DE GIL MARTINS RAFAEL A SOLICITAR A EMISSÃO DE CERTIDÃO PARA CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO, CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE OU AUMENTO DE COMPARTES (ARTIGO 121-H) – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: -

Foi presente um requerimento em nome de, Gil Rafael (solicitador), datado de dezassete de setembro do corrente ano, com morada na avenida do Sabor, número cinquenta e três cave, na vila de Mogadouro, registado com o número seiscentos e oitenta barra dezanove, em que solicitou, nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada pela Lei n.º 70/2015, de 16 de julho, a emissão de certidão em como a Câmara Municipal não vê inconveniente e, é de parecer favorável à celebração de negócio jurídico, constituição de compropriedade ou aumento de compartes sobre o prédio rústico inscrito na matriz número 121, secção H, denominado por Vale de Carvalho, na localidade de Figueira, União de freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar de Rei deste concelho. -----

----- A arquiteta, Alexandra Machado, da OTU-Ordenamento do Território e Urbanismo, na sua análise/informação número oitocentos e trinta e oito, de vinte e quatro de setembro do corrente ano, informou o seguinte: -----

----- “.....
----- A Lei n.º 70/2015, de 16 de julho, trata das áreas urbanas de génese ilegal, no art.º 54.º do referido diploma diz: -----

... “Medidas preventivas -----

1 – A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios.” -----

----- Tendo em atenção o atrás referido deixo à apreciação superior de V. Exa. o deferimento do pedido.” -----

----- Analisada a informação técnica supratranscrita, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável ao pedido do requerente, procedendo os Serviços competentes à emissão de certidão nos termos requeridos. -----

Reunião de 08 de outubro de 2019



----- **Impedimentos:** - A senhora vereadora, Alexandra Machado, não esteve presente no momento da análise nem da votação deste assunto, por se encontrar impedida, pelo facto de ter sido ela, na qualidade de arquiteta da Autarquia, a informar o presente pedido, cumprindo-se o disposto no versado no n.º 6 do artigo 55.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 4 do artigo 31.º e al. d) do n.º 1 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. -----

----- **3. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIO DA PROPRIETÁRIA DO CAFÉ SNACK BAR SABORES, LDA. PARA FUNCIONAMENTO DE UMA ESPLANADA NOS MESES DE INVERNO NA AVENIDA DO SABOR, EM MOGADOURO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Foi presente um pedido da proprietária do

Café Snack Bar Sabor, Lda., com sede na avenida do Sabor, lote número trinta e quatro, na vila de Mogadouro, registado com o número nove mil, trezentos e vinte e três barra dezanove, em que solicitou autorização para a instalação de uma esplanada para funcionar durante a época de inverno, na via pública, em frente ao seu estabelecimento de restauração e bebidas. -----

----- A arquiteta, Alexandra Machado, do Ordenamento do Território e Urbanismo, na sua informação número oitocentos e sessenta e oito, de trinta de setembro do corrente ano, referiu o seguinte: -----

----- *“A requerente proprietária do café snack bar Sabores, Lda. pretende manter uma esplanada nos meses de inverno no local onde foi autorizada uma pelo período de 15 de maio a 7 de outubro (deliberação de executivo de 23/04/2019), sita na av. do Sabor em Mogadouro. -----*

----- *Pretende com esta solicitação ocupar a via pública por um período contínuo de inverno, primavera e verão. Para tal propõe a manutenção da base que serve a atual esplanada com o acréscimo da construção de uma estrutura em alumínio e lona, conforme peças desenhadas que apresenta. -----*

----- *Excluindo a ocupação da via pública por motivo de obras, a câmara municipal não dispõe como era conveniente, de um regulamento que de forma clara, defina as regras de ocupação da via pública, devidamente articulado com o regulamento de taxas. -----*

----- *Nesta conformidade os pedidos de ocupação e via pública são analisados de forma avulsa. -----*

----- *Está em causa neste pedido, a ocupação em permanência do **Espaço Público**, no caso um espaço de estacionamento público. -----*

Reunião de 08 de outubro de 2019



----- É sobre esta ocupação em permanência que deverá o executivo refletir sobre os seguintes conceitos: -----

----- O **espaço público** é considerado como aquele que seja de **uso comum, na posse de todos e acessível a todos** os cidadãos. -----

----- Entendendo-se as cidades, vilas, aldeias, como locais de encontros e relações, o espaço público tem um papel determinante na organização urbana, na fluidez das acessibilidades e nas inter-relações coletivas, com convívio e trocas entre os grupos diversos que compõem a heterogênea sociedade urbana. -----

----- A existência do espaço público, portanto, está relacionada diretamente com a formação de uma cultura agregadora e compartilhada entre os cidadãos. Em particular a rua, é o elemento articulador das localidades e da mobilidade, e pode ser considerada a formadora da estrutura urbana e de sua representação. -----

----- O Espaço Público é propriedade e domínio da administração pública, o qual responsabiliza a autarquia, ao seu cuidado e garantia do direito universal da cidadania e a seu uso e usufruto. -----

----- Em minha opinião o pedido da munícipe põe em causa estes conceitos, porque pretende de uma forma pessoal, singular e contínua, usufruir de um bem que é comum a todos. -----

----- Quanto à proposta (desenho e materiais) da esplanada, sou contrária à utilização de uma estrutura “abarracada”, num local que se pretende de qualidade urbana como é uma das principais avenidas de Mogadouro e local de entrada na Vila. -----

----- Aliás na minha informação sobre a “esplanada de verão” estava expressamente excluída a cobertura da esplanada com recurso a estruturas metálicas fixas ou outras e a colocação de guarda ventos em tela plástica. -----

----- Entendo que a instalação de esplanadas **deverá ter sempre, um carácter precário, temporal, provisório**, e assim emito parecer desfavorável à pretensão da munícipe.” -----

----- Analisada a presente informação técnica, o Executivo deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido da requerente para instalação de uma esplanada de inverno num espaço destinado a estacionamento público, em frente do seu estabelecimento comercial, sito na avenida do Sabor, lote número trinta e quatro, em Mogadouro, por ser intenção desta Câmara limitar a existência de esplanadas somente aos meses de verão. -----

----- **Impedimentos:** - A senhora vereadora, Alexandra Machado, não esteve presente no momento da análise nem da votação deste assunto, por se encontrar impedida, pelo facto de ter sido ela, na qualidade de arquiteta

Reunião de 08 de outubro de 2019



da Autarquia, a informar o presente pedido, cumprindo-se o disposto no versado no n.º 6 do artigo 55.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 4 do artigo 31.º e al. d) do n.º 1 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. -----

----- 4. DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E PATRIMÓNIO – EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DA REDE DE ÁGUAS E SANEAMENTO DE MEIRINHOS – DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DE APROVAÇÃO DA MINUTA DO ANÚNCIO:

- O Executivo deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho, adiante transcrito, proferido pelo senhor presidente da Câmara, Francisco José M.A. Guimarães, datado de vinte e sete de setembro de dois mil e dezanove, sob a informação número cinco mil e dois, de vinte e sete de setembro do corrente ano, da técnica superior, Maria Olímpia Marcos, da Divisão de Contratualização, Informática e Património, sobre o assunto em epígrafe: *“Aprovo a minuta do anúncio “Remodelação da Rede de Águas e Saneamento de Meirinhos”. Ao executivo para ratificação. À DCIP para efeitos.”* -----

----- 5. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE APOIO DE ANTÓNIO ABÍLIO FINS PARA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

- Foi presente um requerimento de, António Abílio Fins, datado de três de setembro de dois mil e dezanove, com morada na avenida do Sabor, número trinta e nove, na vila de Mogadouro, registado com o número oito mil, quinhentos e trinta e seis barra dezanove, em que solicitou apoio para comparticipação de medicamentos, de acordo com o previsto no Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do Município de Mogadouro. -----

----- A técnica de serviço social, Sónia Rosa, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, na sua informação número quatro mil, setecentos e oitenta e três, de dezanove de setembro do corrente ano, emitiu o seguinte parecer técnico: -----

----- *“Após análise da situação socioeconómica do Sr. António Abílio Fins e atendendo aos requisitos exigidos no ponto 1 do artigo 3.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos do município de Mogadouro, para a atribuição do presente apoio, verificou-se que o requerente se encontra numa situação considerada de carência económica*

Reunião de 08 de outubro de 2019



com insuficientes meios de subsistência, pois não dispõe de quaisquer rendimentos. -----

----- Vive com o apoio económico da mãe e de uma irmã. Não tendo apresentado quaisquer despesas nem rendimentos, não dispomos de dados que nos permitam calcular o seu rendimento per-capita. -----

----- Embora o requerente não resida no concelho de Mogadouro, há pelo menos três anos, conforme exigido na alínea c) do ponto 1 do artigo 3.º do referido Regulamento, esta situação deve-se ao facto, de tal como descrito anteriormente, ter estado preso durante aproximadamente seis anos, sendo que a sua morada de residência sempre se manteve na freguesia de Mogadouro, onde é eleitor. -----

----- Considerando a vulnerável situação socioeconómica com que o Sr. António Abílio Fins se depara, e embora, tal como já referido, este tenha voltado a residir no concelho apenas desde julho último, data em que saiu em liberdade, trata-se de uma situação excecional, pois o requerente não residiu durante os últimos seis anos na sua morada (Mogadouro), por ter estado detido no estabelecimento prisional de Bragança. -----

----- Perante o exposto, e conforme estipulado no artigo 13.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos, "É da competência da Câmara Municipal de Mogadouro a resolução de casos omissos e dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação do presente Regulamento", pelo que a decisão de atribuição do presente apoio fica à consideração superior." -----

----- Analisado o parecer técnico supratranscrito, no âmbito das atribuições de que dispõe, nos domínios da saúde e ação social, alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do disposto no artigo 13.º do Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pelo requerente, atribuindo-lhe a comparticipação até ao limite de trezentos euros (€300,00) para a compra de medicamentos no ano de dois mil e dezanove. -----

----- 6. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO SOCIAL E TURISMO – APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DO MÊS DE AGOSTO DE 2019 SOBRE APOIO NA COMPARTICIPAÇÃO MUNICIPAL EM MEDICAMENTOS – PARA CONHECIMENTO: - Através da informação número quatro mil, novecentos e sessenta e nove, de vinte e cinco de setembro do corrente ano, da técnica de serviço social, Sónia Rosa, da Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo, a Câmara tomou

Reunião de 08 de outubro de 2019



conhecimento que durante o mês de agosto deste ano não foram requeridos quaisquer pedidos ao nível da comparticipação municipal em medicamentos, nem deliberados em reunião do órgão executivo quaisquer pedidos desta natureza, encontrando-se, neste momento, todos os pedidos de comparticipação municipal em medicamentos requeridos até ao final do mês de agosto já deliberados. – Que, durante o referido mês foram cinquenta (50) os municípios que utilizaram o cartão para aquisição de medicamentos de forma gratuita e o município suportou um encargo no montante de mil, trezentos e noventa e dois euros e trinta e um centimos (€1.392,31). -----

----- 7. DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE JOSÉ MANUEL TEIXEIRA DA SILVA PARA PAGAMENTO DA FATURA DE ÁGUA DO MÊS DE AGOSTO AO PREÇO DO PRIMEIRO ESCALÃO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: -

Foi presente um requerimento de, José Manuel Teixeira da Silva, datado de dezasseis de setembro de dois mil e dezanove, residente na avenida vinte e cinco de abril, número dez, na freguesia de Castelo Branco deste concelho, consumidor número dois mil e cinquenta e seis, registado com o número “2019,EXP,E,GE,1736”, em que solicitou o pagamento da fatura “FTR 01/53153”, no valor de quinhentos e três euros e setenta centimos (€503,70), referente ao consumo de água do mês de setembro deste ano ao preço do primeiro escalão do Regulamento de Aplicação e Cobranças e Tabela de Tarifas e Preços Municipais, por ser uma quantia muita elevada resultante de uma fuga dentro da sua habitação. -----

----- O chefe de Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente, José Joaquim Pinto, na sua informação número quatro mil, setecentos e oitenta e sete, de vinte de setembro do corrente ano, referiu o seguinte: -----

----- “Recebemos nesta Divisão, um requerimento do Sr. José Manuel Teixeira da Silva, residente na Avenida 25 de abril, n.º dez, na freguesia de Castelo Branco, consumidor n.º 2056, o qual solicita o pagamento da fatura/recibo FTR 01/53153 referente ao mês de agosto de 2019, no valor de €503,70, bem como a fatura seguinte, ou seja referente ao mês de setembro de 2019, ao preço do 1.º escalão, uma vez que foi verificada uma fuga de água entre o contador e a habitação. -----

----- Feita a sua análise cumpre-nos informar o seguinte: -----

1. Os serviços de águas e saneamento do Município deslocaram-se à referida instalação no dia 17/09/2019, a fim de verificarem o estado do contador, tendo verificado que o contador contava bem e que havia uma fuga de água na rede interna, entre o contador e a habitação, na

Reunião de 08 de outubro de 2019



zona do quintal. Verificaram também que o contador nesse dia marcava 2845 m³ (mais 113 m³), consumidos desde a última leitura feita pela empresa). -----

2. O Artigo 32.º do Regulamento Municipal dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais, diz o seguinte: -----

Fugas e perdas nos sistemas prediais -----

“1 – Os consumidores são responsáveis por todo o gasto de água em fugas ou perdas nas canalizações dos sistemas prediais e nos dispositivos de utilização.” -----

“2 – A requerimento do interessado, o excesso de consumo devido a rutura não aparente nas canalizações de distribuição interior devidamente comprovada pelos serviços municipais competentes, será debitada ao preço do escalão tarifário máximo atingido com maior frequência nos últimos 12 meses pelo consumidor, em situação normal de consumo.” -----

(Nota: Consultado o histórico do consumidor, que junto se anexa, verifica-se que o tarifário máximo atingido com maior frequência foi o de 6 metros cúbicos/mês). -----

“3 – Poderá o consumidor, no caso previsto no número anterior, solicitar o pagamento da totalidade da fatura em prestações mensais, no máximo de 24, nos termos previstos no n.º 1 e 2 do artigo 13.º deste Regulamento.” -----

----- Atendendo à informação técnica supratranscrita, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido do requerente, autorizando-o a pagar a fatura de água do mês de agosto deste ano, no valor de quinhentos e três euros e setenta centimos (€503,70), bem como a do mês setembro que irá receber, ao preço do primeiro escalão. -----

----- **Impedimentos:** - A senhora vereadora, Joana da Silva, não esteve presente no momento da análise nem da votação deste assunto, por se encontrar impedida, pelo facto de ser familiar do requerente, cumprindo-se o disposto no versado no n.º 6 do artigo 55.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 4 do artigo 31.º e al. b) do n.º 1 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. -----

----- **8. DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE ANTÓNIO DO NASCIMENTO PERES PARA PAGAMENTO DA FATURA DE ÁGUA DO MÊS DE**

Reunião de 08 de outubro de 2019



AGOSTO DE 2019 EM CINCO PRESTAÇÕES – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um pedido de, António do Nascimento Peres, datado de vinte de setembro de dois mil e dezanove, residente na avenida do Sabor, número noventa, na vila de Mogadouro, registado com o número nove mil e sessenta e cinco barra dezanove, no qual solicitou o pagamento da fatura de água referente ao mês de agosto deste ano, no valor de seiscentos e noventa e dois euros e noventa e seis cêntimos (€692,96), em cinco prestações. -----

----- O chefe de Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente, José Joaquim Pinto, na sua informação número cinco mil e cinquenta e seis, datada de um de outubro corrente, referiu o seguinte: -----

----- “
----- 1. Consultado o histórico do consumidor, que junto se anexa, verificamos que desde abril/2015 a julho/2019 a leitura do contador era a mesma (3631), o contador não era visto pela Empresa responsável pelas leituras, porque se encontra no interior da habitação. -----

----- 2. No mês de agosto/2019 a Empresa teve acesso ao contador, sendo a leitura introduzida pela mesma, de 615 m³, dos quais resultou a referida fatura no valor de 692,96. -----

----- 3. No artigo 12.º do Regulamento de Aplicação e Cobrança e Tabela de Tarifas e Preços Municipais, no seu n.º 1, diz-nos que “Sem prejuízo do disposto no número seguinte, poderá ser autorizado o pagamento das tarifas e preços em prestações iguais e sucessivas, mediante requerimento fundamentado do devedor, e quando o respetivo valor for igual ou superior a 100,00€.” -----

----- 4. No n.º 2 do mesmo artigo diz também que “Salvo disposição legal ou regulamentar em contrário, o número de prestações e o valor de cada não poderá ser superior a 5 prestações e o valor inferior a 20,00€.” -----

----- 5. No mesmo artigo, refere ainda o n.º 5 que “A autorização do pagamento em prestações é decidida pela Câmara Municipal.” -----

----- A Câmara, atendendo à informação técnica suprarreferenciada deliberou, por unanimidade, deferir o pedido do munícipe autorizando-o a pagar a fatura de água referente ao mês de agosto último do consumidor número cinco mil, quinhentos e setenta e nove, na importância de seiscentos e noventa e dois euros e noventa e seis cêntimos (€692,96), em cinco prestações iguais e sucessivas, conforme é permitido pelo regulamento municipal em vigor. -----

Reunião de 08 de outubro de 2019



----- 9. DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO SOBRE O SOLICITADO NO OFÍCIO DA ERSAR- ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS “CICLO ANUAL DE REVISÃO TARIFÁRIA 2020 – ENTIDADES GESTORAS DE SISTEMAS MUNICIPAIS QUE PRESTAM SERVIÇOS DE ÁGUAS E/OU DE RESÍDUOS” – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: -

Foi presente o ofício proveniente do presidente do Conselho de Administração da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, Orlando Borges, com sede em Lisboa, com a referência “O-005684/2019”, datado de dezoito de julho do corrente ano, com o registo número “2019,EXP,E,GE,1401”, sobre o assunto em epígrafe, referindo o seguinte:

----- “Nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 5.º do Estatuto da ERSAR, aprovado pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, são atribuições da entidade reguladora, designadamente, regulamentar, avaliar e auditar a fixação das tarifas praticadas pelas entidades gestoras dos serviços de águas e resíduos de titularidade municipal. -----

----- O n.º 7 do artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2014, estabelece ainda que as tarifas municipais relativas à prestação dos serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos estão sujeitas ao parecer da entidade reguladora, no que respeita à sua conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor. -----

----- Compete ainda à entidade reguladora, nos termos do seu Estatuto e do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua redação atual, emitir recomendações sobre a conformidade dos tarifários destes serviços com as disposições legais e regulamentares em vigor e emitir instruções vinculativas nas situações de desconformidade. -----

----- Neste contexto, as entidades gestoras municipais que asseguram a provisão de serviços de águas e de resíduos, quer em modelo de gestão direta (ex. serviços municipais, serviços municipalizados e associação de municípios), quer em modelo de gestão delegada (empresas municipais, intermunicipais e parcerias), quer ainda em modelo de gestão concessionada devem preparar o processo de revisão tarifária com vista à sua apreciação pela ERSAR e aprovação pelo respetivo órgão competente, tendo em consideração as recomendações constantes do ponto 1 e as indicações constantes do ponto 2. -----

- 1. Recomendações para o cálculo das tarifas das entidades gestoras que operam em modelo de gestão direta -----*

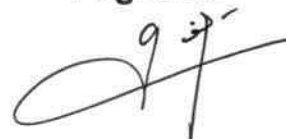
Reunião de 08 de outubro de 2019



- 1.1 Os tarifários a aprovar devem permitir a recuperação tendencial dos custos decorrentes da provisão dos respetivos serviços prestados, operando num cenário de eficiência e tendo em atenção a necessidade de salvaguardar a acessibilidade económica aos serviços por parte dos utilizadores. -----
Para este efeito, as entidades gestoras devem fundamentar as propostas dos tarifários para 2020, preconizando-se que sejam consideradas as orientações da ERSAR para efeitos de definição das tarifas, nomeadamente as Recomendações da ERSAR, o regime jurídico constante do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na atual redação, e ainda, quando aplicável, o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (RTR). -----
- 1.2 Importa alertar que a estrutura tarifária a praticar pelas entidades gestoras dos serviços de gestão de resíduos deve ser conformada às regras do título III do RTR. -----
- 1.3 As entidades que ainda não tenham implementado um sistema de contabilidade analítica que permita a clara segregação dos rendimentos e gastos inerentes aos serviços de águas e de resíduos devem projetar os custos para 2020 através do somatório dos custos diretos associados à provisão de cada serviço, acrescidos dos custos indiretos imputáveis a estes serviços, por serem partilhados com outras atividades ou comuns a todas as atividades, mediante adequados critérios de repartição. -----
- 1.4 Para efeitos de atualização das rubricas de custos ou de tarifas, nomeadamente dos tarifários intermédios das trajetórias quinquenais estabelecidas nos contratos de gestão delegada e de parceria, a ERSAR recomenda a utilização das projeções publicadas pelo Banco de Portugal, nos termos do n.º 1 do artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua redação atual: -----

(%)	2018 (Real)	2019 (Estimativa)	2020 (Projeção)	2021 (Projeção)
Taxa de variação média anual do índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC)	1,2	0,9	1,2	1,3
Fonte: "Boletim Económico de junho 2019" do Banco de Portugal				

Reunião de 08 de outubro de 2019



- 1.5 Por último, para efeitos de cálculo da remuneração do capital próprio nos contratos de gestão delegada e de parceria deve ser utilizada como indexante, a taxa de rentabilidade de OT a 10 anos, igualmente publicada pelo Banco de Portugal, nos termos do n.º 3 do artigo 21.º e do n.º 2 do artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua redação atual: -----

(%)	2018 (Real)	2019 (Estimativa)	2020 (Projeção)	2021 (Projeção)
Taxa de rentabilidade das obrigações do tesouro a 10 anos	1,84	2,8	2,7	2,6
Fonte: "Boletim Económico de junho 2019" do Banco de Portugal. Dado referente a 2018 respeita à média aritmética simples dos valores diários da taxa de rentabilidade das OT a 10 anos observados em 2018. Dados de 2019 a 2021 respeitam à "Taxa de Juro implícita da dívida pública".				

2. Modo de submeter a informação para efeitos de parecer da ERSAR ----
- 2.1. As entidades gestoras que operam em modelo de gestão direta e prestam serviços em alta devem submeter à apreciação da ERSAR as suas propostas tarifárias para 2020, até **1 de agosto**, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 28.º do Regulamento de Procedimentos Regulatórios. A ERSAR já disponibilizou um ficheiro, na secção "Ficheiros de apoio EG" do módulo de regulação económica do seu Portal, para preenchimento da informação previsional sobre a proposta de tarifário. Após o seu preenchimento, o referido ficheiro deve ser submetido à ERSAR através do seu carregamento no Portal da ERSAR, na secção "Formação de tarifários", no separador "Importação de dados", à semelhança dos procedimentos adotados em anos anteriores. ----
- 2.2. Relativamente às entidades gestoras que operam em modelo de gestão direta e prestam serviços em baixa, a ERSAR disponibiliza até 15 de setembro um ficheiro, na secção "Ficheiros de apoio EG" do módulo de regulação económica do Portal da ERSAR, para preenchimento da informação previsional sobre a proposta de tarifário. Após o seu preenchimento, o referido ficheiro deve ser submetido à ERSAR através do seu carregamento no Portal da ERSAR, na secção "Formação de tarifários", no separador "Importação de dados", até 15 de

Reunião de 08 de outubro de 2019



outubro, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 28.º do Regulamento de Procedimentos Regulatórios. -----

2.3. As entidades gestoras que operam em modelo de gestão delegada e prestam serviços em alta devem submeter à apreciação da ERSAR, através de correio eletrónico para o email geral@ersar.pt, as suas propostas tarifárias para 2020, até **1 de agosto**, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 26.º do Regulamento de Procedimentos Regulatórios. As referidas propostas devem ser devidamente fundamentadas, nos termos dos respetivos contratos, e suportadas em ficheiro excel, estando, assim, dispensadas da submissão desta informação no Portal da ERSAR. -----

2.4. As entidades gestoras que operam em modelo de gestão delegada e prestam serviços em baixa devem submeter à apreciação da ERSAR, através de correio eletrónico para o email geral@ersar.pt, as suas propostas tarifárias para 2020, até **15 de outubro**, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 26.º do Regulamento de Procedimentos Regulatórios. As referidas propostas devem ser devidamente fundamentadas, nos termos dos respetivos contratos, e suportadas em ficheiro excel, estando, assim, dispensadas da submissão desta informação no Portal da ERSAR. -----

2.5. As entidades gestoras em modelo de gestão concessionada devem submeter à ERSAR, através de correio eletrónico para o email geral@ersar.pt, as propostas de atualização tarifária para 2020 devidamente fundamentadas, nos termos dos respetivos contratos, e suportadas em ficheiro excel, estando, assim, dispensadas da submissão desta informação no Portal da ERSAR. -----

----- Para esclarecimentos adicionais, as entidades gestoras poderão ainda contactar a ERSAR através dos técnicos responsáveis pelas respetivas entidades, indicados no Portal. -----

----- Por último, cumpre realçar que às entidades gestoras cabe o dever de prestar a informação necessária para o cumprimento dos deveres de regulação económica da ERSAR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na atual redação. -----

----- Atente-se que o não cumprimento do preceito legal anteriormente referido constitui, face ao disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 72.º do

Reunião de 08 de outubro de 2019



Decreto-Lei n.º 194/2009, matéria passível de contraordenação punível com coima de €10 000 a €50 000. -----

----- O chefe de Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente, José Joaquim Pinto, informou, em vinte e quatro de julho de dois mil e dezanove, o seguinte: *“Em relação à formação de tarifários 2020, informo mais uma vez, de que os tarifários atuais (escalões), não correspondem ao recomendado pela ERSAR. Os valores em vigor não foram revistos desde a data da sua aplicação (ano 2012).”* -----

----- Perguntando o senhor vereador, Daniel Ribeiro, se a Câmara tem feito a atualização/revisão tarifária, o senhor vereador, Evaristo Neves, respondeu que a Câmara adotou e, tem vindo a adotar nestes últimos oito anos, a decisão política de manter os preços dos serviços de águas e resíduos, revelando a pretensão de serem criados mais escalões, por forma a ajustar-se à realidade do concelho. -----

----- O senhor presidente da Câmara, Francisco Guimarães, justificou que o Município está a aderir ao sistema multimunicipal de águas através da respetiva Comunidade Intermunicipal. -----

----- A senhora vereadora, Alexandra Machado, disse que o assunto é muito sério e demonstrou preocupação na resolução do mesmo, por entender que a Câmara vai ter que tomar esta deliberação de revisão tarifária, achando também necessário que a Autarquia promova campanhas de sensibilização junto da população, a fim de serem evitados consumos exagerados de água, uma vez que este está a tornar-se num bem escasso. -----

----- Por proposta do senhor presidente da Câmara, o Executivo deliberou, por unanimidade, manter o mesmo tarifário para o ano de dois mil e vinte, sem quaisquer alterações e, solicitar, no entanto, um estudo de viabilidade económico-financeiro para a revisão tarifária dos serviços de águas e resíduos. -----

----- **10. A.C.IS.M. – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DE MOGADOURO – PEDIDO DE APOIO DE SUBSÍDIO PARA A REALIZAÇÃO DA FEIRA DOS GORAZES DO ANO DE 2019 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Analisado o pedido da tesoureira da Associação Comercial, Industrial e Serviços de Mogadouro, datado de dezanove de setembro do corrente ano, registado com o número “2019,EXP,E,GE,1751”, a Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no Regulamento Municipal para a Concessão de Subsídios a Entidades e Organismos que Prossigam no Município Fins de Interesse Público,

Reunião de 08 de outubro de 2019



conceder àquela associação um subsídio na importância de setenta e cinco mil euros (€75.000,00) destinado à realização da Feira dos Gorazes deste ano, mediante a celebração de contrato-programa, nos termos do modelo anexo ao referido Regulamento, a pagar nos próximos dias, setenta por cento (70%) do valor atribuído e o restante, após a apresentação das contas.

----- 11. PEDIDO DE VERA LÚCIA GRANADO ROBALINHO PARA APOIO FINANCEIRO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO A INICIATIVAS EMPRESARIAIS ECONÓMICAS DE INTERESSE MUNICIPAL – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: -

Foi presente um requerimento de, Vera Lúcia Granado Robalinho, datado de vinte e três de janeiro de dois mil e dezoito, residente na rua do Cemitério, número três, na freguesia de Peredo da Bemposta deste concelho, registado com o número "2018,EXP,E,GE,426", em que solicitou apoio financeiro à criação de um posto de trabalho na sua empresa ligada à agricultura, estufa de produtos hortícolas e apiário, no âmbito do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal. -----

----- Na sequência do despacho proferido pelo senhor presidente da Câmara, de vinte e cinco de janeiro de dois mil e dezoito, foi presente a informação prestada pelo chefe de gabinete do presidente, Aníbal José Moreno, datada de um de outubro corrente, que refere o seguinte: -----

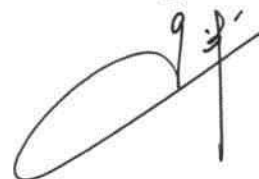
----- "*VERA LÚCIA GRANADO ROBALINHO, contribuinte n.º 224280600, NISS: 11062756667, com morada na Freguesia de Peredo da Bemposta, 5200-235 Mogadouro, concelho de Mogadouro, solicita apoio ao abrigo do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal, pela criação do próprio emprego.* -----

----- *Analizada a documentação, verifica-se que a requerente se coletou em 1-11-2017, como EMPRESÁRIA EM NOME INDIVIDUAL, conforme Declaração de Início de Atividade que apresentou na Autoridade Tributária, com o CAE: 01251 CULTURA DE FRUTOS DE CASCA RIJA, como atividade principal e CAES: 01252, 01130 e 01491, como atividades secundárias.* -----

----- *Apresenta também declaração de enquadramento na Seg. Social como independente, assim como declaração de compromisso de honra em que se compromete a manter o posto de trabalho pelo período mínimo de cinco (5) anos.* -----

----- *Está em condições de ser aprovado o apoio solicitado nos termos do Regulamento, no valor de 4.800,00 euros, devendo ser elaborado o respetivo "PROTOCOLO".* -----

Reunião de 08 de outubro de 2019



----- Analisada a informação supratranscrita e, de acordo com os critérios definidos no artigo sexto do Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal, publicado no *Diário da República* número cento e três, de vinte e oito de maio de dois mil e quinze, aviso número cinco mil, oitocentos e sessenta e quatro barra dois mil e quinze, com declaração de retificação número quatrocentos e sessenta e cinco barra dois mil e quinze, publicada no *Diário da República* número cento e onze, de nove de junho de dois mil e quinze, a Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar esta empresa na criação de um posto de trabalho, por entender que contribuirá para o desenvolvimento e dinamização do concelho de Mogadouro. -----

----- Mais foi deliberado que o apoio para a criação do posto de trabalho será financeiro, conforme dispõe a alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º do regulamento municipal enunciado, traduzido no pagamento de um subsídio na importância de quatro mil e oitocentos euros (€4.800,00), regendo-se pelas cláusulas do protocolo que lhe servirá de base. -----

----- 12. ATA DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO – AQUISIÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO DE 25 M² DO ARTIGO 220-A, DA FREGUESIA DE BRUNHOSO A MARIA DE FÁTIMA MAGALHÃES SEQUEIRA PARA IMPLANTAÇÃO DE UM RESERVATÓRIO DE ÁGUA – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade, homologar a ata da Comissão de Avaliação desta Câmara Municipal, lavrada aos vinte e dois dias do mês de julho do corrente ano, em que os seus intervenientes, decidiram adquirir a área de vinte e cinco metros quadrados (25 m²), a destacar de uma propriedade rústica inscrita na matriz sob o artigo matricial 220, da secção A, da freguesia de Brunhoso deste concelho, pertencente a António dos Santos Magalhães, cuja cabeça de casal da herança é representada por, Maria de Fátima Magalhães Sequeira, para implantação de um reservatório de água, importando o valor total desta operação em cem euros (€100,00). -----

----- 13. ZONA INDUSTRIAL DE MOGADOURO – III FASE – FICHA DE INSCRIÇÃO DE ACÚRCIO MANUEL PAULO PARA ATRIBUIÇÃO DO LOTE DE TERRENO N.º 67 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi apresentada uma ficha de inscrição para atribuição de lote na Zona Industrial de Mogadouro, datada de vinte e quatro de julho de dois mil e dezanove, contribuinte 139877495, assinada por, Acúrcio Manuel Paulo, com morada no largo das Eiras de Baixo, número quatro, na localidade de Vale de Porco

Reunião de 08 de outubro de 2019



deste concelho, registada com o número "2019,EXP,E,GE,1419", para a atribuição do lote número sessenta e sete (67), localizado na Zona Industrial de Mogadouro-III fase para instalação de um pavilhão destinado a comércio agrícola. -----

----- A informação do adjunto do senhor presidente da Câmara, Ilídio Miguel Rito, datada de três de outubro corrente, foi a seguinte: -----

----- *"A empresa Acúrcio Manuel Paulo solicita a atribuição do lote 67. O lote que pretende adquirir está disponível e pode ser atribuído. Está inscrito sob o artigo matricial n.º 3702 da União de Freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar de Rei e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mogadouro sob o n.º 3553 da mesma Freguesia. -----*

----- *O lote 67 tem a área de 2.353,00 m². -----*

----- *De acordo com o Art.º 18.º do Regulamento do Loteamento Industrial de Mogadouro o valor a pagar por m² é de 3,75€. -----*

----- *O valor a pagar pela aquisição deste lote é de 2.353,00 m² x 3,75€ = 8.823,75€." -----*

----- Apreciado o pedido, tendo em consideração o interesse económico da empresa; o número de postos de trabalho que irá criar e a atividade a desenvolver, a Câmara, com base no estipulado no Regulamento do Loteamento Industrial de Mogadouro, publicado no *Diário da República*, em quatro de abril de dois mil e três e sua alteração, publicada no *Diário da República* de trinta de janeiro de dois mil e oito, deliberou, por unanimidade, vender ao empresário, Acúrcio Manuel Paulo, o lote número sessenta e sete (67), inscrito no artigo matricial número 3702 da União de Freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar do Rei e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mogadouro sob o número 3553 da mesma freguesia, com a área de dois mil, trezentos e cinquenta e três metros quadrados (2.353,00m²), localizado na Zona Industrial de Mogadouro-III fase, destinado à instalação de um pavilhão destinado a comércio agrícola, mediante a celebração de escritura de compra e venda, nos termos e condições constantes do Regulamento Municipal supraidentificado, pelo preço de três euros e setenta e cinco cêntimos (€3,75), o metro quadrado, o que totaliza a importância de oito mil, oitocentos e vinte e três euros e setenta e cinco cêntimos (€8.823,75). -----

----- Mais foi deliberado dar poderes ao senhor presidente da Câmara para, em representação do Município, outorgar a respetiva escritura de compra e venda. -----

Reunião de 08 de outubro de 2019



----- 14. ZONA INDUSTRIAL DE MOGADOURO – III FASE – FICHA DE INSCRIÇÃO DA COOPERATIVA LAVRADORES CENTRO NORTE PARA ATRIBUIÇÃO DO LOTE DE TERRENO N.º 100 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

- Foi apresentada uma ficha de inscrição para atribuição de lote na Zona Industrial de Mogadouro, sem data, NIF 509175392, em nome da empresa LCN-Cooperativa dos Lavradores Centro Norte, assinada por, Armando Emanuel Rainha Pacheco Pereira Simões Pacheco, com sede na avenida do Sabor, número quarenta, primeiro, na vila de Mogadouro, registada com o número “2018,EXP,E,GE,1234”, para a atribuição do lote número cem (100), localizado na Zona Industrial de Mogadouro-III fase para instalação de um pavilhão destinado ao armazenamento de frutos secos. -----

----- A informação do adjunto do senhor presidente da Câmara, Ilídio Miguel Rito, datada de três de outubro corrente, foi a seguinte: -----

----- “A empresa LCN – Cooperativa dos Lavradores Centro e Norte solicita a atribuição do lote 100. -----

----- O lote que pretende está disponível e pode ser atribuído. -----

----- Está inscrito sob o artigo matricial n.º 3732 da União de Freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar de Rei e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mogadouro sob o n.º 3583 da mesma Freguesia. -----

----- O lote 100 tem a área de 2.193,35 m². -----

----- De acordo com o Art.º 18.º do Regulamento do Loteamento Industrial de Mogadouro o valor a pagar por m² é de 3,75€. -----

----- O valor a pagar pela aquisição deste Lote é de 2.193,35 m² x 3,75€ = 8.225,06€.” -----

----- Apreciado o pedido, tendo em consideração o interesse económico da empresa; o número de postos de trabalho que irá criar e a atividade a desenvolver, a Câmara, com base no estipulado no Regulamento do Loteamento Industrial de Mogadouro, publicado no *Diário da República*, em quatro de abril de dois mil e três e sua alteração, publicada no *Diário da República* de trinta de janeiro de dois mil e oito, deliberou, por unanimidade, vender à LCN-Cooperativa dos Lavradores Centro Norte, com o NIF 509175392, o lote número cem (100), inscrito no artigo matricial número 3732 da União de Freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar do Rei e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mogadouro sob o número 3583 da mesma freguesia, com a área de dois mil, cento e noventa e três vírgula trinta e cinco metros quadrados (2.193,35m²), localizado na Zona Industrial de Mogadouro-III fase, destinado à instalação de um pavilhão para armazenamento de frutos secos, mediante a celebração de escritura de

Reunião de 08 de outubro de 2019

compra e venda, nos termos e condições constantes do Regulamento Municipal supraidentificado, pelo preço de três euros e setenta e cinco centimos (€3,75), o metro quadrado, o que totaliza a importância de oito mil, duzentos e vinte e cinco euros e seis centimos (€8.225,06). -----

----- Mais foi deliberado dar poderes ao senhor presidente da Câmara para, em representação do Município, outorgar a respetiva escritura de compra e venda. -----

----- **PAGAMENTOS:** - A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos efetuados entre os dias vinte e quatro de setembro e sete de outubro do ano de dois mil e dezanove, na importância de duzentos e dezoito mil, cento e oitenta e cinco euros e trinta e três centimos (€218.185,33). -----

----- **ENCERRAMENTO:** - Foi, finalmente, deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fim de que tudo o que foi tratado na reunião se torne executório imediatamente, tendo o senhor presidente encerrado a reunião pelas dez horas e dez minutos, de que para constar se lavrou a presente ata, que eu *Maria Conceição C. A. Teixeira* coordenadora técnica, Maria da Conceição Cordeiro Andrade Teixeira, redigi e subscrevi: -----

